

Termo de Referência 62/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
62/2025	985725-PREF.MUN.DE SANTA MARIA DE JETIBA	GABRIELA SOARES VALADARES	04/04/2025 10:17 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		2025-TG953

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.Trata-se da aquisição de Materiais Elétricos, essencial para a realização de diversas ações de infraestrutura, manutenção e realização de eventos para uso pelo município de Santa Maria de Jetibá, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO INTERNO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	BOCAL DE LOUCA E-27 BOCAL DE LOUCA E-27	100076	UND	215	3,91	840,65
02	CABO FLEXIVEL 750V 10,0MM CONDUTOR COBRE; TEMPERA MOLE; DIAMETRO NOMINAL DO CONDUTOR DE NO MINIMO 3,90MM; ESPESSURA NOMINAL DE ISOLACAO MINIMA DE 1,0MM; ANTICHAMA; CORES VARIADAS; CONFORME NORMA TECNICA ABNT NBR NM 247-3"	100086	METRO	1.600	12,27	19.632,00
03	CABO FLEXIVEL 750V 6,0MM CONDUTOR COBRE; TEMPERA MOLE; DIAMETRO NOMINAL DO	100088	METRO	2.900	6,43	18.647,00

	CONDUTOR DE NO MINIMO 2,82MM; ESPESSURA NOMINAL DE ISOLACAO MINIMA DE 0,8MM; ANTICHAMA; CORES VARIADAS; CONFORME NORMA TECNICA ABNT NBR NM 247-3"					
04	CONECTOR DERIVACAO PERFURANTE PRINCIPAL 10 X 75MM, DERIVACAO 1.5 X 10MM MEDINDO NO MINIMO 10 X 75MM; DERIVACAO MEDINDO NO MINIMO 1,5 X 10MM.	100124	UND	100	11,50	1.150,00
05	CONECTOR DERIVACAO PERFURANTE PRINCIPAL 16 X 120MM, DERIVACAO 4X35MM MEDINDO NO MINIMO 16 X 120MM, DERIVACAO MEDIDO NO MINIMO 4 X 35MM	100125	UND	130	15,11	1.964,30
06	CONECTOR DERIVACAO PERFURANTE, PRINCIPAL 16 X 150MM, DERIVACAO 4 X 35MM MEDINDO NO MINIMO 16 X 150MM, DERIVACAO MEDIDO NO MINIMO 4 X 35MM	100126	UND	130	15,53	2.018,90
07	CORDAO FLEXIVEL PARALELO 300V 2 X 2,5 MM CONDUTOR COBRE, TEMPERA MOLE; DIAMETRO NOMINAL DO CONDUTOR DE NO MINIMO 1,90MM; ESPESSURA DE ISOLACAO MINIMA DE 0,80MM; ANTICHAMA	100093	METRO	1300	5,47	7.111,00
08	DISJUNTOR BIPOLAR DIN CURVA C 63A DE ACORDO COM AS NORMAS TECNICAS NBR NBR IEC 60898; CERTIFICADO PELO INMETRO; GARANTIA DE 01 ANO A PARTIR DA EMISSAO DA NOTA FISCAL	100159	UND	78	37,09	2.893,02
09	FITA ISOLANTE 18MM X 20M CORE PRETA;	100186	UND	345	11,31	3.901,95

	COMPOSICAO FILME EM PVC COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA; RETARDANTE A CHAMAS; FAIXA DE TEMPERATURA DE OPERACAO DE ATE 90°; TENSÃO NOMINAL MÁXIMA DE 750V; ALONGAMENTO MÍNIMO DE 175%					
10	HASTE ATERRAMENTO COMPRIMENTO 1M MATERIAL COBRE; TIPO CILÍNDRICA; REVESTIMENTO COBRE; DE ACORDO COM A ABNT NBR-13571 / UL-467	100190	UND	23	28,77	661,71
11	LAMPADA LED BULBO 100W BIVOLT BASE E27 TEMPERATURA DE COR 6500K; FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 7100LM; CERTIFICADO PELO INMETRO; GARANTIA DE 01 ANO A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL; VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 25.000H	100211	UND	140	79,64	11.149,60
12	LAMPADA LED INDUSTRIAL 65W BIVOLT TEMPERATURA DE COR 6.500K; FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 5.200LM; VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 25.000H; EQUIVALENCIA 370W INCANDESCENTE / 99W FLUORESCENTE; ÂNGULO DE ABERTURA OMNIDIRECIONAL; BASE - E27; GARANTIA DE 01 ANO A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL	100215	UND	130	101,00	13.130,00
13	LAMPADA LED PERA 12W BIVOLT TEMPERATURA DE COR 6.000K; FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 13000LM; VIDA ÚTIL MÍNIMA 25.000H; EQUIVALENCIA 26W FLUORESCENTE; GARANTIA DE 01 ANO A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL	100202	UND	320	11,03	3.529,60

14	PLUG FEMEA 20A 2P + T COM 3 PINOS CILINDRICOS Ø 4 MM; VOLTAGEM 250V; COM PRENSA-CABO; PARA CABOS COM DIAMETRO EXTERNO DE ATE 8MM; COR BRANCA, PRETA OU CINZA; DE ACORDO COM A ABNT NBR 14.136	100249	UND	183	7,34	1.343,22
15	REFLETOR LED 100W BIVOLT LUZ BRANCA 6500K; VIDA UTIL MINIMA DE 25.000H; INDICE DE PROTECAO IP65 OU IP66, CONFORME IEC 60529; GARANTIA DE 01 ANO A PARTIR DA EMISSAO DA NOTA FISCAL	100279	UND	192	68,32	13.117,44
16	REFLETOR LED 200W BIVOLT LUZ BRANCA 6500K; VIDA UTIL MINIMA DE 25.000H; INDICE DE PROTECAO IP65 OU IP66, CONFORME IEC 60529; GARANTIA DE 01 ANO A PARTIR DA EMISSAO DA NOTA FISCAL	100281	UND	235	161,35	37.917,25
17	0100283 - REFLETOR LED 400W BIVOLT LUZ BRANCA 6500K; VIDA UTIL MINIMA DE 25.000 H; INDICE DE PROTECAO IP65 OU IP66, CONFORME IEC 60529; GARANTIA DE 01 ANO A PARTIR DA EMISSAO DA NOTA FISCAL	100283	UND	210	601,83	126.384,30

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Prefeitura de Santa Maria de Jetibá, em sua constante busca por aprimorar a qualidade das instalações públicas, para melhor atendimento a população, a promoção de eventos culturais/festivos e também a manutenção e ampliação da rede de iluminação pública, tem como estratégia fundamental a aquisição de material elétrico. A aquisição do material permitirá a execução de melhorias nas redes elétricas e de iluminação pública, gerando economicidade no consumo de energia elétrica, bem como proporcionar lazer aos munícipes. Essas intervenções proporcionam não apenas uma infraestrutura mais moderna e eficiente, mas também garantem maior acessibilidade, segurança e bem-estar aos cidadãos. A aquisição é crucial para a manutenção e reforma de edificações públicas, como escolas, postos de saúde, prédios administrativos e redes de iluminação

pública. Ao garantir a conservação dessas estruturas, a Prefeitura assegura a qualidade dos serviços prestados à população, otimiza a utilização dos recursos públicos e prolonga a vida útil dos patrimônios municipais.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. A fornecedora deverá atender aos critérios de sustentabilidade ambiental eventualmente inseridos na descrição do Objeto.

4.2. Condições de entrega

4.2.1 O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

4.2.2 O recebimento do objeto estará condicionado à observância de suas especificações de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e com o presente Termo de referência, cabendo a respectiva verificação.

4.2.3 Em caso de NÃO atendimento as especificações previstas, o município notificará a contratada para as providências previstas.

4.2.4 A recusa do objeto não justificará atraso no prazo de entrega prevista no contrato.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2. A execução do serviço, será de forma PARCELADA;

5.3. A entrega ocorrerá totalmente às expensas do Contratado no local indicado pelo recebedor dos materiais.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei no 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo - se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para a reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações a cerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei no 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatórios com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando-se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15(Quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15(Quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.15.1. o prazo de validade;

7.15.2. a data da emissão;

7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. o valor a pagar;

7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária. Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Regime de execução

O regime de execução do contrato será PARCELADO

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Comprovação de experiência: a empresa deve apresentar comprovação de experiência na prestação de serviços em outras localidades.

Habilitação jurídica

Documentos para habilitação:

- a. Cédula de Identidade e CPF do sócio administrador da empresa;
- b. Ato constitutivo registrado no órgão competente, e suas alterações, quando este não estiver consolidado;
- c. Inscrição no CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- d. Prova de Inscrição Estadual, se houver, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- e. Prova de Inscrição Municipal, relativa ao domicílio ou sede da empresa
- f. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por órgão público ou empresa privada
- g. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (as empresas criadas no exercício ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura);
- h. Demonstrativos de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional habilitado da área contábil.

Liquidez Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LG = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

Solvência Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

Liquidez Corrente: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices acima deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total para contratação.

- i. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- j. Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual (ICMS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- k. Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- l. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- m. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- n. Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, (será considerada a validade de 60 dias a partir da data de sua expedição quando a mesma não estiver expressa no corpo da certidão);
- o. Declaração Unificada;

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 265.391,94

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 265.391,94

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 265.391,94 (duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e noventa e um reais e noventa e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Ficha/Fonte SECTUR: 00139-150001 - Material de Consumo

Ficha/Fonte SECEDU: 293 - 150000250000 - Material de Consumo
275 - 155000000000 - Material de Consumo

Ficha/Fonte SETDAS: 00677-1500001 - Material de Consumo.

Ficha/Fonte SECESP: 00339/15000000001 - Material de Consumo

Ficha/Fonte SECAGR: 66/150000000001 - Material de Consumo

Ficha/Fonte SECSAU: 16/15000001500000 - Material de Consumo

Ficha/Fonte SECADM: 101/1500000000001 - Material de Consumo

Ficha/Fonte SECTRAN: 634/1500000000001 - Material de Consumo

Ficha/Fonte SECINT: 380/1500000000001 - Material de Consumo

Ficha/Fonte SECAMM: 461/1500000000001 - Material de Consumo

Ficha/Fonte SECURB:587/1500000000001 - Material de Consumo

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

10.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIANA LITKE

Secretária de Cultura e Turismo

GABRIELA SOARES VALADARES

Coordenadora de Cultura



Assinou eletronicamente em 04/04/2025 às 10:17:07.

PRISCILLA GAIBA

Secretária de Esportes e Lazer

MARCILEIDE STUHR

Secretária de Educação

SANDERLEIA WRUCK ESPINDULA

Secretária de Transportes

CARLOS ALBERTO JARSKE

Secretário de Saúde

DIENE MARIA BREMENKAMP

Secretária de Meio Ambiente

SARIANNA GAVA WOELFFEL PIENEGONDA

Secretária de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social

ADRIANO HAESE

Secretário de Interior

ALESSANDRO OLIVEIRA DE SOUZA

Secretário de Serviços Urbanos

VANDERLEI MARQUEZ

Secretário de Agropecuária

VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO

Secretário de Administração

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

GABRIELA SOARES VALADARES
COORDENADOR
COCULT - SECTUR - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 13:10:47 -03:00

VANDERLEI MARQUEZ
SECRETARIO
GASEG - SECAGR - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 12:28:30 -03:00

MARCILEIDE STUHR
SECRETARIO
GAE - SECEDU - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 11:08:02 -03:00

CARLOS ALBERTO JARSKE
SECRETARIO
GABSESA - SECSAU - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 11:43:58 -03:00

SANDERLÉIA WRUCK ESPÍNDULA
SECRETARIO
GABSETRA - SECTRA - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 10:35:35 -03:00

ALESSANDRO OLIVEIRA DE SOUZA
SECRETARIO
GABSESU - SECURB - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 10:40:10 -03:00

ELIANA LITKE
SECRETARIO
GERCULT - SECTUR - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 12:58:56 -03:00

PRISCILLA GAIBA
SECRETARIO
GABEL - SECESP - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 10:36:03 -03:00

SARIANNA GAVA WOELFFEL PIENEGONDA
SECRETARIO
GABSETRADS - SETDAS - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 12:55:31 -03:00

VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO
SECRETARIO
GAD - SECADM - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 11:24:41 -03:00

DIENE MARIA BREMENKAMP
SECRETARIO
GSEMA - SECMAM - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 13:07:59 -03:00

JUCELIO ZUTION GONÇALVES
SUBSECRETARIO
SUBSIN - SECINT - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 10:58:39 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 04/04/2025 13:10:47 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por GABRIELA SOARES VALADARES (COORDENADOR - COCULT - SECTUR - PMSMJ)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-J2KLGG>